

A REFORMA

Informativo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) - Direito / UFRJ - Ano III - Nº 4 Setembro/2003

Editorial

O jornal A Reforma surgiu para informar aos alunos sobre o que acontece de bom (Semana Jurídica, Cursos, Palestras) e ruim (falta de aulas, carência de professores, autoritarismos da direção) na nossa querida Faculdade Nacional de Direito.

Mas não "informar", na acepção isenta e acrítica que a linguagem jornalística, em tese, exige e que tantos tentam nos fazer crer que de fato exista. A Reforma é um instrumento da política do Centro Acadêmico e, como tal, não se exime de indicar suas opiniões e evocar suas bandeiras de luta.

A sinceridade com que coloca isso qualifica A Reforma como um espaço aberto para a discussão, a crítica e o debate. Sua posição política clara permite a quem dela discordar o democrático direito a contra-argumentar. Estamos à espera.

Mas enquanto isso não acontece, visto ser "nossa" Direção tão avessa ao fraterno embate de idéias, o CACO entrega aos alunos da FND uma edição especial da Reforma sobre o Concurso para 17 vagas de Professor Adjunto.

Foi notadamente nesse período de férias que os momentos cruciais da, até agora, principal bandeira de luta do CACO e de todos nós alunos, desenrolaram-se e o CACO procura nesta edição "relatar" o que aconteceu.

Apesar dos inúmeros ardis forjados pelo casal Penha/ Armênio e seu séquito, ainda assim o Concurso Público para Professores Adjuntos teve um saldo extremamente positivo para todos nós alunos. E essa conquista só foi possível com a ininterrupta fiscalização e pressão política do CACO.

Todavia como diz o jargão dos movimentos sociais: "A luta continua". E para isso, primeiro temos que saber o que se passa e depois nos engajarmos na próxima batalha.

Boa leitura e bem vindo à luta.

CACO esteve presente nos Encontros Regional e Nacional de Estudantes de Direito

Pág. 7

EDIÇÃO ESPECIAL

SOBRE O CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO

Saiba todos os detalhes e os obstáculos enfrentados pelo CACO para a realização do concurso

Pág. 3



Foto: Clara Cerqueira

Atividades Acadêmicas organizadas pelo CACO

1º semestre e período de férias/greve de 2003

Pág. 8

FINALMENTE ACHADO O CONCURSO PARA PROF. ASSISTENTE

Pág. 6

SOBRE LUTAS, SINDICÂNCIAS E INTERVENÇÕES

Há muito se discute na FND sobre a pertinência de se externar nossos problemas internos. A direção, é claro, utilizando expressões de mercado diz que com isso "desvalorizamos nosso diploma". Como se o ensino que a direção promove não fosse o que na verdade afeta o diploma. Sem entrar no mérito de que sendo essa uma faculdade de uma universidade pública e que devemos, portanto, satisfações para a sociedade que com seu trabalho sustenta nosso estudo, qual a utilidade das denúncias públicas do CACO para se derrotar essa direção e iniciar a construção uma nova FND? Nossas denúncias desempenham o papel de buscar apoio na sociedade para os problemas apresentados e ainda pressionar a UFRJ a resolvê-los, pois sabemos que enquanto se ficou no "roupa suja se lava em casa", o grupo dominante da faculdade só se fortaleceu.

Recentemente, o CACO conquistou um importante espaço em uma reportagem no Globo de domingo sobre as perseguições políticas na Nacional. Na mesma semana, o Reitor anunciou a abertura de uma sindicância para apurar denúncias de irregularidades acadêmicas e administrativas na Faculdade de Direito e não resta a mínima dúvida que a reportagem contribuiu para isso. Outro fato, talvez o principal, para a abertura dessa sindicância foi o recebimento pela UFRJ de um ofício do MEC cobrando explicações sobre a carta enviada pela tia de um aluno, mais um dos perseguidos pela direção. Vários são os estudantes que até hoje não conseguiram se formar por perseguições de todo o tipo. Na portaria da sindicância foram nomeados três professores externos à faculdade e entendemos que tal comissão deva apurar todas as irregularidades, desde as perseguições contra alunos e os poucos funcionários e professores que ainda se levantam, mas também os supostos casos de mau uso do patrimônio público.

INTERVENÇÃO NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Na mesma sessão do Conselho Universitário em que se anunciava a abertura da sindicância, o Reitor anunciou a intervenção na

Faculdade de Educação, que compreende o curso de pedagogia e todas as licenciaturas. Afastava-se a diretora, nomeava-se a decana como interventora e convocava-se eleições para sessenta dias. A direção da Faculdade de Educação, assim como a nossa, era um resquício da base de apoio do ex-reitor Vilhena e há muito tempo vinha perseguindo

Isso serve para mostrar que não podemos relaxar e deixar que nada diminua nossa disposição em continuar a luta.

opositores. Tal quadro levou a unidade a uma crise e a CAPES (órgão do MEC responsável pelos cursos de mestrado e doutorado) ameaçava fechar a sua pós-graduação. A recusa da diretora em aceitar o auxílio da Universidade para resolver o problema e a postura de enfrentar seus órgãos colegiados foi o estopim para a intervenção.

A decisão do Reitor foi saudada em quase toda a Universidade. O Conselho Universitário, a ADUFRJ e o SINTUFRJ apoiaram a medida. Cabe analisar por que a situação da FND, que em todos os aspectos é ainda muito pior do que na outra unidade, não mereceu ainda o mesmo tratamento. Há tempos a crise na Faculdade de Educação vem ocupando as páginas dos jornais da ADUFRJ e do SINTUFRJ e a pauta dos órgãos colegiados superiores da Universidade. Esse maior destaque se deve principalmente ao fato que nesse caso a luta envolve basicamente professores e funcionários. A Universidade ainda é muito corporativa e aqui na FND, pela falta de docentes, a luta se dá quase que exclusivamente entre os estudantes e a direção.

CONTINUAR E AMPLIAR A LUTA

As dificuldades superiores, em nosso caso, devem servir para que trabalheemos com um esforço ainda maior, buscando ocupar cada espaço, denunciar, pressionar a Reitoria e os órgãos colegiados. Vamos também aproveitar

quem está no governo agora (afinal foi o MEC quem enviou aquele ofício). Para cumprirmos essa tarefa não podemos esquecer do mais importante: é necessário estarmos sempre em grande número de alunos, pois essa deve ser a nossa maior força. De qualquer forma, os ventos que hoje sopram na Faculdade de Educação devem ser encarados como positivos. Até o fechamento dessa edição a antiga diretora havia ganhado uma liminar para ser reconduzida ao cargo. Entretanto, dificilmente a UFRJ sairá derrotada dessa batalha judicial.

Vivemos hoje uma conjuntura nova na UFRJ. O Reitor Aloísio Teixeira se mostra internamente muito aberto ao diálogo com os movimentos sociais e externamente tem buscado a retomada dos programas sociais no Complexo da Maré. A ANDIFES (Associação dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), com a importante participação do Reitor da UFRJ, tem se destacado na apresentação ao MEC de caminhos para a tão esperada Reforma Universitária. A maioria dos nomes que compõe a atual gestão da Reitoria é de pessoas que se destacaram na luta anti-Vilhena e que participaram da eleição de Carlos Lessa.

Hoje o CACO tem um espaço real de disputa política, mas não devemos nunca esquecer que a direção também se move. A Profa Maria da Penha não se cansa de divulgar em toda a UFRJ que conta com a solidariedade da vice-reitora Prof^a Sylvania Vargas. Consideramos essa relação um equívoco, que coloca a última em contradição com sua trajetória de democracia dentro da Faculdade de Medicina e lembramos ainda que o CACO sempre levou ao seu conhecimento os problemas dos estudantes da FND enquanto ela era sub-reitora de graduação nas gestões Lessa/Fracalanza, sem, contudo, obter êxito. Isso serve para mostrar que não podemos relaxar e deixar que nada diminua nossa disposição em continuar a luta. Temos muita pressa. Com Armênio e Maria da Penha não dá mais e isso deve ser repetido todo tempo, em qualquer lugar e para quem for necessário.

CACO contrata auxiliar administrativa

O CACO, no fim do período passado, aprovou em reunião aberta a contratação de uma funcionária, no sentido de melhor organizar a nossa sede no âmbito administrativo. Para fazer o processo seletivo, foi montada uma comissão entre dois diretores de Patrimônio e Finanças e uma colaboradora da gestão, que não compõe a diretoria. O processo deveria ser homologado pela Diretoria Executiva da gestão.

A fase de seleção se deu através de vários

testes entre os candidatos (entrevista, datilografia e análise de currículos). Um nome foi selecionado e apresentado à Diretoria Executiva, que por 2 votos a 1 aprovou a contratação da funcionária, que se chama Vanessa Ribeiro Pinto de Castro.

Suas funções são especificamente administrativas, não substituindo nenhuma função pertinente aos diretores do CACO, como fiscalizar a utilização da Sala de Informática, organizar os certificados, regular as impressões, entre outras funções burocráticas. Essa

contratação se justifica pelo grande acúmulo de tarefas políticas para a atual gestão (concurso, perseguição política, eventos, etc.) e pela real necessidade acadêmica dos integrantes da gestão.

Os gastos com sua contratação e seus salários serão devidamente apresentados em nosso balanço financeiro, e sua contratação será reavaliada depois dos primeiros três meses de Estágio Probatório.

Saiba os horários da funcionária em nosso portal www.cacofnd.org.

Expediente

A **Reforma** é o órgão informativo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Direito UFRJ)
Portal: www.cacofnd.org

Sugestões, críticas, matérias, poesias e outros através do e-mail: imprensa@cacofnd.org

Distribuição: Em toda a Faculdade Nacional de Direito e disponível no portal do CACO.

Conselho Editorial:

Fernanda Lage (5PN)
Patrick Danza Greco (10PN)
Vivian Campos (5PN)

Colaboradores

Rodrigo Souza (5PM), Carlos Eduardo Rangel (8PN), Marcos Vinícius Giraldes (10PN), Maira Fernandes (7PM), Enzo Bello (8PM), Lisbeth Landal (5PN), Elisângela Vieira (5PN), Marcos Silva (10PM) e Pedro Duarte (3PN)

Tiragem: 1.500 exemplares

Fotos: Clara Cerqueira

Diagramação: Fernanda Lage (5PN)

Fotolito e impressão: Folha Dirigida

ENTENDA O CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO NA FND

Histórico do Concurso

■ O que levou a Reitoria a distribuir 17 vagas para Professor Adjunto?

11 de Outubro de 2002. Reunião do CEPG, órgão colegiado responsável pela pós-graduação na UFRJ, discute o projeto de mestrado apresentado pela direção da Faculdade Nacional de Direito.

O Prof. de Medicina Nelson Souza e Silva, relator escolhido pelo colegiado para analisar o projeto, apresenta parecer apontando falhas que inviabilizam a imediata implantação do mestrado. Nelson faz questão de ressaltar, no entanto, a importância da abertura do curso na FND, como uma verdadeira alavanca para a melhoria da graduação na Casa.

As deficiências apontadas se referem principalmente à titulação dos professores, ao regime horário dos mesmos, ao número mínimo de docentes e à documentação necessária, além de destacar como falha grave o fato de o projeto não ter sido discutido e aprovado em Congregação, instância deliberativa máxima da Faculdade.

O relatório propõe, ainda, a formação de uma Comissão com o objetivo de auxiliar a FND a resolver as pendências do projeto e de acompanhar a sua implementação, com o fim de viabilizar, da melhor forma possível, não só a criação, mas a própria manutenção do mestrado.

O parecer ressalta que, superadas as deficiências, o projeto deverá ser submetido novamente ao CEPG para ser aprovado.

O Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – confiante no apoio dos colegiados da UFRJ para resolver os problemas internos da FND – é lembrado por diversos conselheiros, que fazem referências às periódicas intervenções do CA durante as reuniões do CEPG, mostrando que sua luta diante dos problemas da Faculdade é de conhecimento de todos.

Ao final da reunião, a Profª Maria da Penha propõe a retirada do projeto mas, pelo fato dela não ter representação no CEPG, os conselheiros exigem que este seja retirado formalmente, tal qual foi apresentado, sendo a discussão do projeto e do parecer adiada para uma próxima reunião do Conselho.

18 de Outubro de 2002. Nova reunião do CEPG desaprova o projeto de mestrado apresentado pela direção da FND, concluindo que o mesmo apresentava uma série de irregularidades e decide aprovar a formação de uma Comissão composta pelo diretor da Faculdade, por dois membros do CEG (Conselho de Ensino e Graduação), dois do CEPG, um representante indicado pelo reitor e um representante indicado pelo CACO para fiscalizar a instituição do projeto de mestrado, em conformidade com as normas estabelecidas. Para o CACO, abre-se então uma real possibilidade de se influir na melhoria do curso de graduação, tendo em vista que, antes de se pensar em um mestrado de qualidade, é necessário pensar em um au-

mento do número de professores efetivos da Casa.

Observe-se que não é a primeira vez que a Nacional de Direito ocupa a pauta dos órgãos colegiados da UFRJ. Meses antes, o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira levava a denúncia de que a Direção havia perdido o prazo de realização do concurso para professores assistentes, cujas vagas (quatro) haviam sido conquistadas pela greve de 2001. Tal notícia chocou a comunidade acadêmica que, impressionada com tamanho desinteresse da direção da FND no provimento das vagas, atendeu aos apelos do Centro Acadêmico e decidiu pela re-abertura do concurso, em março de 2002.

02 de dezembro de 2002. Carlos Lessa, então reitor da Universidade, nomeia a Comissão através da Portaria nº 3416, estendendo significativamente a finalidade inicial da mesma. Em princípio responsável unicamente pela elaboração de um parecer a respeito da criação de curso de mestrado na FND, ela passa a ter como atribuição a elaboração de pareceres e análises acerca das “necessidades acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação” da Unidade.

Composta pelos docentes Antônio Cláudio (CEG), Mariângela Alves (CEPG) e Marise Malta (CEG); pelos estudantes Marcus Vinícius Giraldes Silva e Patrick Danza Greco (cuja representação foi democraticamente escolhida em Assembléia convocada pelo CACO) e sob a presidência do Prof. Antônio Celso Pereira, as reuniões discutem todos os problemas enfrentados pelos alunos no curso de graduação, como a falta de professores, a baixa qualidade das aulas, o mal estado do espaço físico, a desatualização da Biblioteca, a não realização da Congregação e do Conselho Departamental.

As mazelas da Nacional ganham mais e mais espaço na UFRJ, e a falta de professores efetivos na Faculdade (70% do quadro formado por substitutos) influencia o reitor Carlos Lessa em sua decisão de disponibilizar o maior número possível de vagas docentes para a FND, conforme havia prometido desde a época de sua campanha.

Inicialmente Lessa distribui 14 vagas para professor adjunto, que devem ser alocadas nas disciplinas mais necessitadas da Faculdade de Direito. Ciente da reunião da Comissão, marcada para o dia 10 de dezembro de 2002, o CACO preocupa-se em organizar uma proposta de distribuição dessas vagas, na tentativa de preencher, da melhor forma possível, as disciplinas mais carentes da nossa Casa.

10 de dezembro de 2002. De modo inteiramente diverso, durante a mencionada reu-

nião, o diretor da Faculdade não demonstra nenhum interesse na distribuição das vagas. Armênio Albino da Cruz Filho escusa-se de apresentar a mencionada proposta, instrumento fundamental para o recebimento das vagas e justifica tal atitude questionando a legitimidade da Comissão. É necessário, então, que um representante do CEPG ressalte a urgência de se apresentar a alocação das vagas no CONSUNI, com o intuito de evitar o risco do colegiado decidir pela redistribuição das mesmas para outras Faculdades.

Felizmente, a interferência do presidente da Comissão, propondo que o diretor convoque uma reunião extraordinária do Conselho Departamental para o dia seguinte, quarta-feira (11/12/02) pela manhã, a fim de que a proposta de distribuição das vagas seja feita logo no mesmo dia, à tarde, põe termo à clara irresponsabilidade da direção e à sua tentativa de prejudicar o concurso.

12 de dezembro de 2002. O CACO lota a tão esperada reunião do CONSUNI, sendo certo que seu discurso e a enorme presença de alunos da FND influenciaram, indubitavelmente, a decisão do colegiado. A direção, ao contrário, sequer comparece ao Conselho, nem mesmo se faz representar por quem quer que seja, numa demonstração nítida de que a realização de Concursos Públicos não faz parte de seus planos, menos ainda de suas prioridades.

Em um primeiro momento, alguns conselheiros questionam a concessão do regime extraordinário de 40 horas sem dedicação exclusiva – até então, exclusividade da Faculdade de Medicina da UFRJ. Entretanto, o Prof. Tauile, da Faculdade de Economia, expressa a sua indignação com a situação política da FND, destacando a necessidade da alocação de novos professores sem ligação com o grupo detentor do poder da Faculdade e da máxima atenção dos órgãos colegiados da UFRJ, bem como dos alunos, para a garantia de transparência e lisura no Concurso Público.

Destaque-se que os dois representantes discentes no CONSUNI aliados ao grupo de Armênio e Maria da Penha, não manifestaram nenhuma opinião sobre o assunto em debate, demonstrando total desinteresse nos rumos da Nacional. O Reitor Carlos Lessa, visivelmente preocupado com o futuro das vagas, concede o direito a voz ao Centro Acadêmico.

As palavras do CACO são decisivas na votação. Sensibilizada com o discurso emocionado, a maioria dos Conselheiros decide a favor da concessão das 17 vagas e do regime de 40 horas. A vitória é comemorada com palmas efusivas da platéia, composta, em sua maioria, por alunos da FND.

Especial sobre o Concurso para Professor Adjunto

■ A Divulgação

Visando a atrair o maior número de candidatos para participar do Concurso, o CACO teve a iniciativa de procurar a parceria de professores, no intuito de obter os contatos de possíveis interessados na seleção, bem como de nomes a serem indicados para a composição das bancas examinadoras. Muito nos ajudaram nessa empreitada os professores José Ribas Vieira, Alexandre Veronese e Maria Guadalupe Fonseca, que forneceram diversas indicações e convenceram pessoas de seus conhecimentos a participar do concurso.

De imensa valia também foram os diversos alunos da FND que participaram da divulgação do Concurso, espalhando cartazes elaborados pelo CACO em todas as locais possíveis do cenário jurídico em nível estadual e nacional, quais sejam: Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradorias do Estado e Município, e outras Faculdades (UFF, UERJ, UNIRIO, UGF, UVA, UCAM, UFMG...).

Foram mais de mil cartazes distribuídos por todo o Rio de Janeiro, e pelos demais Estados do Brasil. Diversos alunos aproveitaram o ensejo de suas viagens de férias e levaram consigo material de divulgação para Minas Gerais, Brasília, Porto Alegre e São Paulo.

A notícia do concurso também alcançou a Internet. O portal do CACO foi considerado o veículo de comunicação mais atualizado e credenciado pelos candidatos, que freqüentemente visitavam a página em busca de novidades, datas, programas das disciplinas, etc. As informações sobre a seleção de professores se estenderam ao portal Mundo Jurídico¹ e à página da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro², além de terem circulado pelas inúmeras

listas de e-mail dos maiores cursos de pós-graduação do país.

O CACO também esteve presente em diversos eventos jurídicos, onde distribuiu folhetos informativos sobre o concurso e, muitas vezes, conseguiu que a divulgação fosse feita por microfone, no início ou ao final de cada palestra.

Todo esse esforço foi capaz de suprir o desinteresse da direção e as dificuldades enfrentadas pelo Centro Acadêmico para convencer a Reitoria comandada pelo Prof. Fracalanza (que substituiu o Prof. Carlos Lessa) a divulgar o concurso nos veículos de imprensa de grande circulação.



■ Obstáculos enfrentados pelo CACO para realização das provas no período de março a setembro de 2003

Após o término do prazo de inscrições, prorrogado até 19 de março de 2003, iniciou-se uma nova fase na luta pela realização do processo seletivo.

Desprestigiada pela gestão do substituto de Lessa, a Comissão de acompanhamento do concurso em diversas reuniões buscava sempre agilizar a concretização do mesmo, estipulando metas e calendários a serem cumpridos.

Por outro lado, adotando uma postura notoriamente protelatória, a direção desrespeitava os prazos estabelecidos, desmarcava reuniões e não divulgava informações para os alunos interessados. Além disso, chegou a apresentar um calendário que previa o início das provas somente para

fevereiro de 2004, malgrado não ser habitual em qualquer outra Faculdade, realmente interessada em prover as vagas rapidamente, a duração de um concurso se estender por tanto tempo. A Comissão e o CACO não pouparam esforços para reverter a data proposta, conseguindo o êxito de vê-la marcada para setembro do corrente ano.

Após a mudança no comando da Reitoria, o Centro Acadêmico e os alunos vislumbraram novos horizontes para o futuro da Nacional, a começar pela promessa do novo reitor Aloísio Teixeira de dar seguimento ao compromisso firmado pelo ex-reitor Carlos Lessa, qual seja o de resgatar a história e a moral da FND, não somente dentro da UFRJ, mas perante toda a comunidade jurídica.

Inconformado com a lamentável situação da Nacional de Direito e temeroso quanto à não realização do concurso, o CACO promoveu um ato no CONSUNI – Conselho Universitário – que reuniu cerca de quarenta alunos mobilizados pela Campanha “Concurso Público Já”, munidos de camisas, adesivos e faixas, no intuito de cobrar uma postura enérgica da Reitoria e dos órgãos colegiados, tanto em relação aos concursos não realizados, quanto aos demais problemas enfrentados pela Faculdade.



■ As Congregações

Numa primeira reunião da Congregação, em janeiro de 2003, o CACO esteve presente junto com os estudantes e fez valer sua opinião na escolha dos tópicos a serem incluídos nos programas curriculares de cada disciplina do Concurso. Cabe ressaltar que nessa ocasião a Profª. Penha queria cecear a participação do Centro Acadêmico e impedir a contabilização dos três votos que a entidade tem assegurados por direito.

Posteriormente, o autoritarismo da direção se mostrou ainda mais audaz, ao ponto de Armênio e Maria da Penha realizarem reuniões secretas e fechadas da Congregação, que aprovaram as bancas examinadoras e decidiram sobre o indeferimento de muitos candidatos, sem convocar seus membros com a devida antecedência de 48 horas e sem a presença dos representantes eleitos pelo alunado.

Em total desrespeito aos estudantes, os referidos senhores modificaram o horário estabelecido numa reunião da Comissão, realizada dias antes, onde fora estipulado que a Congregação deveria se reunir na primeira sexta-feira seguinte, às 11 horas. Surpreendendo a todos, inclusive ao Prof.

Nelson Souza e Silva, que chegara às 10h30 para acompanhar a reunião do Colegiado, a direção, sem convocação prévia, realizou o encontro do órgão deliberativo às 8h, sem a presença do CACO.

Portanto, a direção demonstrou evidente desprezo à escolha feita em um pleito de mais de mil alunos da FND, ao convidar estudantes de pleno acordo com seus interesses e restringir a presença dos representantes de uma entidade de 87 anos de luta, reconhecida nacionalmente por sua tradição e história.

LIVRARIA DO WILSINHO



Livros jurídicos

Av. Pres. Antônio Carlos, nº 251, sl. 155 - Centro - RJ
 Tel.: (21) 2210- 3120 Telefax: 2262-5699
 E-mail: lerfixa@bol.com.br

¹ www.mundojuridico.adv.br
² www.dpge.rj.gov.br

■ Bancas irregulares

O resultado desses encontros obscuros foi a aprovação de bancas examinadoras dotadas de certos vícios, tais como a participação de professores aposentados da FND na qualidade de professores externos à UFRJ³, o que contraria expressamente o edital do Concurso. Vale lembrar que o Prof. Armênio certamente tinha

conhecimento dessa regra, já que, conforme ata de uma das reuniões da Comissão, ele mesmo perguntou sobre o assunto e lhe foi respondido claramente que não era permitida a presença de docentes aposentados na banca examinadora.

Outra consequência foi a discrepância observada entre as listas de professores

sugeridos pelo CACO e pela Comissão para a composição das bancas examinadoras, que reuniam os maiores mestres de cada disciplina, e a lista aprovada pela direção, que, apesar de inegavelmente manter determinadas sugestões, resolveu incluir alguns professores com pouca expressão na comunidade jurídica.

■ Deferimentos e Indeferimentos

Questão de suma importância para o prosseguimento do concurso foi a tentativa da direção de esvaziá-lo através de uma série de indeferimentos de inscrições sem qualquer critério ou fundamentação. Tanto é que o professor Michel Misse (IFCS) denunciou à Reitoria e ao CACO a existência de casos em que, professores inscritos para as disciplinas de Filosofia e Sociologia do Direito, com doutorado pela USP ou IUPERJ, tiveram suas inscrições sumariamente indeferidas através de lacônicos telegramas enviados pela direção.

Saliente-se que, tendo em vista a falta de transparência nas informações e a ausência de uma Congregação com a legítima participação discente, o Centro Acadêmico só teve ciência do enorme número de indeferimentos a partir da mencionada denúncia e do contato com diversos profes-

res cujos nomes não constavam da publicação do edital que relacionava a listagem dos candidatos.

Quando teve conhecimento do problema, o CACO passou a procurar os professores cujas inscrições haviam sido indeferidas - curiosamente, aqueles com mais notável perfil acadêmico, ou que representavam, de certa forma, uma ameaça à manutenção do grupo dominante na direção da Faculdade - e começou a intermediar um contato permanente com o reitor para que fossem revertidas as referidas decisões de indeferimento.

Daí por diante, iniciou-se uma mobilização dos alunos juntamente aos candidatos, para que fossem interpostos recursos à Reitoria, além daqueles já apresentados à direção. Paralelamente, inúmeros concorrentes e diretores do CACO, além de professores que o apoiavam, como José Ribas

e Alexandre Veronese, enviaram sistematicamente e-mails ao reitor, explicando a gravidade dos indeferimentos e as possíveis consequências que tais injustiças poderiam causar, prejudicando todo o concurso.

O clima de insegurança se instalou de forma aparentemente irremediável, pois a memória dos concursos anteriores - cujas vagas até hoje continuam, em sua maioria, embargadas na Justiça - preocupava não só o CACO, mas a todos que acompanhavam os passos do concurso.

Estava cada vez mais clara a intenção de Armênio e Maria da Penha de realizar o concurso da forma mais irregular possível, pouco se importando com as eventuais consequências jurídicas de seus atos, capazes de gerar um sem número de Mandados de Segurança e impugnações ao concurso.

■ A participação da Reitoria

Conforme já mencionado, toda essa preocupação foi levada à Reitoria, de modo que, após muita insistência, quando faltavam apenas três dias para o início das provas, o reitor decidiu, deferir todos os candidatos que haviam apresentado recurso e que se encontravam aptos a realizar as provas, de acordo com as regras estabelecidas pelo regulamento do concurso.

As bancas examinadoras também foram revistas, senão de forma completa, consoante a já referida proposta aprovada em reunião da Comissão, ao menos substituindo os professores aposentados, cuja participação representava uma grave ofensa ao Edital.

■ Às vésperas das Provas

Deu-se início, então, a um outro árduo trabalho: o de convencer os candidatos deferidos numa sexta-feira pelo reitor a comparecerem às provas agendadas para a semana seguinte. Naturalmente deparamo-nos com problemas de ordem prática, já que alguns doutores estavam viajando, outros com compromissos agendados, etc.

Fizemos de tudo possível e podemos concluir que, de certa forma, o saldo de tanto trabalho restou positivo, pois, entre os candidatos aprovados com louvor pela banca examinadora, uma parte considerável deles só fez a prova graças à divulgação do CACO enquanto outros tantos haviam anteriormente recebido telegrama de indeferimento da inscrição mas, felizmente, todos puderam comprovar seu mérito, a despeito da intransigência do grupo que dirige a Nacional.

Conforme se pode depreender do que ora

foi dito, a direção da FND, desde o início, fez de tudo para retardar o concurso ou deixá-lo repleto de vícios. É importante lembrá-la, porém, de que todo ato praticado pela administração pública deve respeitar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sobretudo em se tratando de uma Faculdade de Direito.

É também importante lembrar que nós, alunos da Nacional, junto a um seletíssimo grupo de professores (que pretendemos em breve ver ampliado), estaremos sempre em alerta na esperança de reconquistar a posição histórica de nossa Faculdade, como um centro de excelência acadêmica, capaz de retribuir todo o esforço da sociedade que o sustenta. O caminho é longo, mas passo a passo podemos construir um futuro em que uma nova FND, enfim, será realidade.

Enfim, as provas acontecem...

■ 1 a 12 de setembro de 2003

"Depois de nove meses de luta e superação de vários obstáculos, foi realizado entre os dias 01 e 12 de setembro, o concurso para professor adjunto na FND, vale lembrar que um concurso desse porte não se realizava desde o final da década de 80".

Das 17 vagas abertas para o provimento de professores doutores, **12 foram preenchidas**, resultando assim na entrada dos seguintes professores:

Sidney Guerra

candidato aprovado para a cadeira de Direito Internacional Público, doutor pela Universidade Gama

Filho com especialização na Organização dos Estados Americanos (OEA), obteve indicação dos cinco membros da banca;

Geraldo Prado

Candidato aprovado para ministrar Direito Processual Penal, doutor pela Universidade Gama Filho é juiz da 37ª Vara Criminal, também obteve as cinco indicações;

Carlos Japiassú

Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde colou o grau de doutor em Direito Público, foi o aprovado para lecionar Direito Penal, obtendo a aprovação unânime da banca;

João Eduardo Carreira Alvim

Desembargador federal, autor notoriamente reconhecido nos meios jurídicos e acadêmicos, foi o aprovado, com a maior média do Concurso Público, no provimento da vaga de Direito Processual Civil;

Thadeu Andrade da Cunha

Advogado - chefe do departamento de Tributos da Petrobrás, foi o indicado, por todos os membros da banca, para o preenchimento da vaga de Direito Tributário;

Flávio Alves Martins

Aprovado pelos cinco membros da comissão exa-

3 - As normas que regem os concursos para professores da categoria de adjunto dispõem que as bancas examinadoras serão compostas por dois professores da UFRJ (da categoria de titular) e outros três professores de fora da UFRJ (categoria de adjunto). Portanto, os professores aposentados da FND, ainda que estejam na ativa em outras Universidades, não podem compor as bancas examinadoras, pois ainda possuem vínculo institucional com a UFRJ.

Especial sobre o Concurso para Professor Adjunto

minadora, doutor em Direito Privado foi aprovado para ministrar Direito Civil;

Leandro Ribeiro da Silva

Também recebeu as cinco indicações do corpo avaliador, é doutor pela Gama Filho e foi o segundo indicado para ministrar Direito Civil;

Juliana Magalhães

Indicada, unanimemente, pelo corpo examinador para o preenchimento da cadeira de Sociologia Jurídica, é professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais, onde é titular do corpo de pesquisa e extensão em Sociologia do Direito. É Pós-doutora pelo Instituto Max Plank, na Alemanha;

Margarida Lacombe

Pesquisadora da Casa Rui Barbosa - Ministério da Cultura, doutora pela Universidade Gama Filho. É autora de diversas obras ligadas à Hermenêutica. Foi a aprovada para a vaga de Metodologia Jurídica;

Marcelo de Araújo

Graduado pelo IFCS/UFRJ, Doutor em Filosofia na

Alemanha, está no segundo doutorado pela PUC/RJ foi o aprovado pela maioria da banca avaliadora;

Nagib Slaibi Filho

Livre-docente pela Universidade Gama Filho, desembargador da 7ª Câmara Civil e autor de importantes obras de Direito Constitucional, foi o indicado para o provimento da cadeira de Direito Constitucional da FND.

Em Introdução ao Estudo do Direito, houve um empate por indicações da banca entre os professores:

Roy Reis Friede

Juiz federal e autor de estudos em Direito Constitucional; e

Adrián Sgarbi

Doutor e pesquisador pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro em Ciências Políticas.

Assim, cabe a Congregação da Faculdade decidir qual professor será nomeado como adjunto da referida disciplina. Também, caberá a Congregação decidir sobre o recurso

apresentado pelo professor Marcos Juruema, Procurador do Estado, doutor em Direito Público pela Universidade Gama Filho e autor de diversas obras sobre Direito Administrativo, Econômico e Constitucional, candidato não aprovado para o provimento da vaga de Economia e Direito. O candidato questiona a forma como foram avaliados os seus títulos.

As duas vagas de Direito Comercial e a vaga de Direito Internacional Privado não foram preenchidas por falta de candidatos, cabendo agora ao colegiado competente a decisão de reabrir essas vagas na categoria de Adjunto (mantendo as mesmas disciplinas ou rebaixar para categoria de Assistente. Cabe ressaltar que a exigência para assistente é a titulação de mestre, e que não é necessário a presença de uma banca avaliadora externa, fato de extrema importância para a manutenção da lisura dos concursos realizados na FND, sob o comando imperial de Penha e Armênio.

EM BREVE:

Revista Histórica do CACO...

com entrevistas inéditas.

EXTRA!! FINALMENTE ACHADO O CONCURSO PARA PROF. ASSISTENTE

Pois é, depois de quase um ano desaparecido, eis que ressurgiu o concurso para professor assistente para a Faculdade Nacional de Direito. Difícil lembrar, porém fazemos questão de refrescar a sua memória, para entender a importância deste processo seletivo.

Tudo começou com as reivindicações do CACO durante quase uma década, na época Vilhena, quando não havia concursos para professor efetivo para a Faculdade. Somente substitutos entravam e saíam da Faculdade, sem nenhum vínculo com a instituição, e num processo seletivo com nenhum critério e rigor necessário para garantir a entrada de professores qualificados.

Como resultado da greve, houve a abertura de vagas para professor na UFRJ, e o CACO, atuando e mobilizando, conseguiu em 2001, junto ao colegiado conjunto CEG/CEPG que quatro vagas para professor adjunto fossem disponibilizadas para a FND. Porém, a Direção em mais um exemplo de descaço com a instituição, não divulgou o concurso, não estabeleceu critérios claros para as inscrições, e em consequência disso não houve inscrições.

Argumentando haver dificuldades para conseguir candidatos ao cargo de professor de Direito com dedicação exclusiva, a direção conseguiu o rebaixamento destas vagas para a categoria de assistente (que

apenas requer dos candidatos o mestrado em Direito, enquanto para adjunto requer doutorado). A partir daí, o concurso se tornou um mistério. A Direção, mesmo com os requerimentos insistentes por parte do CACO, se negava a dar maiores informações sobre o processo.

Agora, depois de muitos meses, em meio a um concurso para professor adjunto (desta vez dezesete vagas e trinta e cinco inscritos, por quê será?), realiza-se prova de professor assistente para Direito Penal. Do nada, sem maiores informações. Estranho? Segundo a Direção, não houve nada de estranho, como sempre. Enfim, cabe aos alunos fiscalizar, pois existem candidatos que não compactuam com o conceito de qualidade na prática (José Ivanildo, segundo a avaliação discente), que se candidatou às quatro vagas, diferentes uma das outras.

O CACO rei-vindica concursos para revitalizar o quadro docente da FND, porém não pode compactuar com este concurso para professor assistente, pois apoiamos incondicionalmente a transparência, publicidade e o fortalecimento da democracia interna da Faculdade, com todos os setores participando dos atos, independente de sua posição política. Afinal, negar o diálogo e os pedidos do CACO é negar o diálogo com os estudantes e suas posições.

O livro é o melhor papel do mercado

Apresente este anúncio e receba 20% de desconto



Livraria Imperial
Livros, revistas e de ocasião

Livros jurídicos usados!

Praça XV de Novembro, 48 (entrada 1ª de Março)

Tels.: 2524-2605 / 2533-4537

De segunda à sexta-feira, de 9 às 20h

www.livreiros.com.br

XIV ERED - Encontro Regional dos Estudantes de Direito do Rio de Janeiro

ERED Rio / Campus da UFF - De 4 a 6 de Julho de 2003

Marcos Silva - 10^{PM}

O ERED desse ano contou com uma série de resultados importantes que servem para confirmar a necessidade de participação no movimento de área, que reúne as faculdades do estado.

O ERED, realizado no período de férias por problemas de datas, por ser preparatório para o ENED - Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, apresentou três painéis com os respectivos grupos de trabalho, um debate sobre o estatuto da entidade nacional Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED), organizadora do ENED. Compareceram escolas da capital e do interior do estado (em número significativo) que aprofundaram o debate sobre alguns temas. Faremos aqui um resumo desses debates:

Painel I:

"15 anos de Constituição: balanço, perspectivas e reformas" - Daniel Sarmento (Procurador do MP Federal).

Esse painel e seu respectivo grupo de trabalho foi dos mais importantes, não só por causa da boa exposição no Painel, como pelo debates. Foram discutidas questões sobre a Reforma agrária, Reforma urbana e Transgênicos. Nos debates estava presente uma representante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP - <http://www.cidadanet.org.br/renap/>). Boas considerações sobre a possibilidade de atuação dos estudantes de Direito apoiando movimentos populares, como o MST.

Painel II:

"Direito à educação: cotas e mercantilização do ensino" - Nilcéa Freire (Reitora da UERJ) e Raquel Lenz (Profª de Direito Constitucional da Unirio)

Boa exposição da Reitora, se destacando a questão da pertinência ou não de uma Política

Afirmativa baseada em critérios de raça, com as diversas posições polêmicas sendo defendidas pelos participantes. Como sempre, difícil o processo de tentar conciliar todas as posições. A Reitora disse que a tendência da UERJ é adotar um sistema como o da Universidade de Michigan nos EUA, recentemente objeto de decisão da Suprema Corte daquele país.

Painel III: "Segurança Pública" Duboc Pinaud (Ex-secretário de Justiça e de Direitos Humanos) e Marildo Menegat.

O Painel partiu da segurança pública e chegou ao movimento estudantil, com o depoimento pessoal dos palestrantes de suas militâncias e da importância da atuação dos estudantes. Painel amplo, debate acirrado e profundo em diversos aspectos. Destaque para a questão da LEP, cuja alteração tramita no Congresso Nacional e que poderá vir a positivar o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e o Regime Diferenciado de Segurança Máxima (RDSMáx). Sem falar em outros aspectos, a constitucionalidade discutível desses dois dispositivos deve motivar nossa atenção para as mudanças.

DEBATE SOBRE O ESTATUTO DA FENED - GRUPO DE TRABALHO

Talvez tenha sido o ponto de maior consenso no encontro a necessidade de alteração e democratização do Estatuto da FENED, que contém diversos dispositivos que tornam vertical a entidade, conferindo poderes muito amplos à sua direção em detrimento das entidades de base. Diversas propostas substitutivas foram indicadas para serem encaminhadas ao ENED. No próprio encontro vivemos um problema concreto desse Estatuto, quando o "Coordenador" da FENED se recusou a credenciar alunos para votar da plenária

final, alegando que a tolerância de atraso nas atividades não havia sido respeitada e assim muitos colegas de todas as escolas não poderiam votar. Mesmo um diretor do CACO que participava da Comissão de Sistematização (que se reuniu durante toda a manhã de domingo) como não recebeu os carimbos de duas atividades desse turno seria impedido de votar. Por iniciativa do CACO, na noite anterior as entidades do estado votaram contra esse tipo de conduta e ante ao problema (que atrasou a plenária em mais de duas horas), assumiram o controle do encontro, permitindo a participação de todos.

De meu último ERED como estudante, ficaram três imagens muito significativas:

- A possibilidade de realizar um debate de alto nível, que seja a base para uma atuação conjunta dos estudantes de direito no estado, que apresentaram preocupações muito semelhantes;
- O compromisso, demonstrado na prática, das entidades com os princípios democráticos de participação, assumindo a Coordenação do encontro (que poderia significar o seu não reconhecimento pela FENED) de modo a permitir a participação plena de todos;
- A conduta do CACO, que tanto na FND, quanto no movimento de área mantém vivo o seu lema "Pro Iustitia et Libertatis", sendo sempre uma liderança e uma referência em lutas democráticas, em qualquer nível.

Espero que mais colegas participem no próximo ano de uma experiência das mais ricas para quem quer refletir e interagir com colegas que, apesar das diferenças de cidades e escolas, demonstraram ter uma grande proximidade na luta democrática e no papel a ser desempenhado pelos estudantes de Direito nessa luta.

CACO NO ENED

Entre os dias 20 e 26 de Julho, em Curitiba, nas dependências da PUC-PR, realizou-se o XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Direito. O ENED, fórum máximo de discussão e deliberação do Movimento Estudantil de Direito, é um encontro promovido pela Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED), entidade que representa a categoria de todo o país. No referido encontro, além das já conhecidas farras, ocorrem palestras, reúnem-se Grupos de Trabalho (GTs) para propor ações e discutir as posturas da FENED e sua estrutura. Tais propostas são todas sistematizadas e postas em votação na Assembleia Geral, que se reúne ao fim do encontro. O tema desse ano foi "ABERTURA DEMOCRÁTICA E VISÃO SOCIAL: 15 ANOS DE CONSTITUIÇÃO". O evento conta com a presença de grandes nomes do cenário jurídico e político nacional que debateram temas de grande relevância para a nova conjuntura histórica brasileira como: a democracia e movimento estudantil; ensino, pesquisa e extensão; reforma agrária e função social da propriedade; movimento negro e constitucionalidade da política de quotas; constitucionalismo e globalização e Acesso à Justiça: 15 anos após a CF; além de Oficinas e Mini-Cursos.

O CACO não poderia deixar de participar de um momento tão relevante para a vida jurídica de nossos estudantes e apesar das demandas com a fiscalização das 17 vagas do concurso para professor adjunto organizou-se para levar representantes bem como estudantes. Nesse ano a UFRJ, numa atitude inédita, mandou um ônibus com capacidade para 38 pessoas - vitória esta conseguida depois de muito trabalho do CACO junto à reitoria. A plenária final do encontro teve duas etapas: a plenária estatuinte para quem tivesse participado dos GTs acerca do Estatuto da FENED, e a plenária com as demais propostas dos painéis expostos durante o evento. Para fechar o ENED, os alunos enviados pelo CACO, com direito a voz e voto na plenária final, por terem tido presenças em 100% de palestras e GTs puderam participar da plenária estatuinte e lá decidir sobre as modificações e reestruturações que o Estatuto da Federação deveria ter. Apesar de a segunda plenária final não

ter ocorrido por problemas estruturais, decidiu-se pelo encaminhamento da escolha da CONED para o próximo CONERED, entre as entidades, representadas na única chapa que se candidatou na plenária, além da votação sobre as propostas dos grupos de trabalho no evento. Daí a importância política de se estar presente no próximo CONERED, que realizarse-á em Salvador.

Fato a relatar, ainda, do ENED foi a realização de um Ato Público em protesto contra a Reforma da Previdência, pela retirada da PEC40 e pela construção de um novo ensino jurídico. Tal protesto percorreu as ruas de Curitiba encerrando-se no centro da cidade, mostrando a indignação dos estudantes de Direito de todo o país por esta Contra-reforma que visa tirar direitos dos servidores públicos e promover a privatização da Previdência, bem como a necessidade de uma reforma universitária em conjunto com um projeto de ensino para os cursos de Direito comprometido com a transformação social e o amplo acesso à Justiça.

Por fim a regional Norte, através dos CAs de Direito Edson Luis e Orlando Bitar se candidataram apresentando projeto sede ao XXV ENED que deverá ocorrer em Belém-Pará em julho de 2004.

A FENED é a entidade responsável representante do Movimento Estudantil de Área (curso de Direito). Organiza-se a nível nacional como uma federação, em que as unidades são as uniões regionais e sua célula os centros e diretórios acadêmicos, com o objetivo de articular os estudantes de Direito, juntamente com suas entidades de base, a fim de dar maior amplitude e força às bandeiras e reivindicações da juventude. Tal instrumento de luta foi fundado há sete anos, após sucessivos 16 encontros (ENEDs). Estes são espaços de discussão política e jurídica, em que os jovens de todo país reúnem-se por uma semana a fim de formular política para o movimento estudantil, trocar informações e experiências, discutir acerca do Direito e seus desafios e sobre os rumos do país e sua história. É um rico momento de reflexão em que saímos do ambiente acadêmico e dos conteúdos monótonos de boa parte das salas de aula para

buscamos entender nossa realidade e desvendar maneiras de nela intervir, através de um sistema democrático de diálogo: painéis e grupos de trabalho para o debate acerca das principais questões do Direito e do país.

Portanto, a FENED somos nós. Nesse sentido faz-se mister a participação de todos os estudantes de direito na vida de nossa Federação. Todos nós temos responsabilidade solidária em sua construção e consolidação, que devem ocorrer de forma contínua, no dia-a-dia de cada estudante de Direito e em sua universidade.

Para tal devemos entender o termo democracia de forma bem mais ampla e não restringir o termo cidadania ao simples ato de votar. Devemos propor, criticar, discordar, debater, conflitar, enfim, participar como um todo do processo político de nossa Federação.

Assim o ENED é um espaço privilegiado de interação, de troca de idéias, experiências, impressões, de conhecimento de diferentes culturas e de relacionamentos pessoais também. No entanto deve ser mais amplo do que isso, deve ser um espaço de intervenção política, onde os estudantes de forma responsável e conseqüente façam de cada Painel e GT (Grupo de Trabalho) um local de reivindicação e de luta na construção de um curso de Direito mais qualificado e antenado com os problemas sociais que nos rodeiam, com a perspectiva de um melhor desenvolvimento político e cultural do estudante de direito.

Dessa forma o Direito deve-se constituir como verdadeiro instrumento de distribuição de justiça e transformação social, almejando a efetiva justiça social, e não um mero mecanismo coercitivo de controle social do Estado e de manutenção do *status quo* vigente da classe dominante opressora. Nesse sentido devemos primar pela defesa de um direito crítico, libertário, livre de meros legalismos, que deve despir-se dos ranços conservadores que assolam as discussões no Judiciário, para que esta sirva a todos, promovendo um verdadeiro acesso à Justiça, na construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e livre de opressões, tão almejada por todos nós.

Atividades Acadêmicas organizadas pelo CACO

1º semestre e período de férias/greve de 2003

Tendo em vista a notória defasagem do programa curricular da FND, bem como a falta de eventos organizados pela Direção, quais deveriam ser cursos de extensão, palestras, grupos de estudos, pesquisas, trabalhos sociais e etc. O CACO, objetivando proporcionar ao alunado uma formação acadêmica mais completa e abrangente, realizou no 1º semestre letivo de 2003, o I Simpósio de Direito Ambiental e o Curso de Extensão em Sociologia do Direito – Temas de Mestrado. Posteriormente, no período de férias/greve, foi realizado o Curso de Extensão em Filosofia do Direito.

O I Simpósio de Direito Ambiental, realizado entre os dias 10 e 12 de junho, no Salão Nobre da FND, surgiu da necessidade de se trazer aos alunos da Nacional um primeiro contato com a disciplina, que, já algum tempo, deixou de integrar o chamado “grupo de disciplinas insurgentes” para se consolidar entre os ramos do Direito. A falta de conhecimento e de contato do alunado da FND com a matéria, até então, estava em total descompasso com a progressiva incorporação da disciplina ao cotidiano profissional e acadêmico no cenário jurídico brasileiro.

Portanto, no intuito de proporcionar uma visão ampla e introdutória do assunto, o evento abordou temáticas diversificadas e, interdisciplinares, com as demais áreas do Direito, contando com a presença de palestrantes de diferentes segmentos acadêmicos e profissionais, dentre eles Promotores de Justiça, Defensores públicos, Magistrados, Advogados, Acadêmicos, Pesquisadores, Representantes da Área Empresarial – Firjan e ONGs ligadas ao Meio Ambiente, que puderam apresentar as diversas formas de exercício profissional e de ensino e aprendizado na área do Direito Ambiental.

A grande quantidade de participantes, incluindo a visita de profissionais da área e estudantes de outras faculdades de Direito, refletiu o grande interesse pelo assunto e rendeu, ainda, o sucesso na campanha de doação de alimentos promovida pelo CACO, cuja arrecadação de 150kg de alimentos não-perecíveis foi destinada a duas instituições de caridade.

Quando de seu encerramento, o Simpósio ganhou, ainda, uma conotação política, tendo em vista o comparecimento de representantes da ONG SAPE, de Angra dos Reis, que fizeram um apelo e alertaram a comunidade sobre a iminência do julgamento, pelo TRF da 2ª Região, de uma ação judicial interposta, objetivando embargar a obra de construção de um mega hotel, que estaria causando sérios impactos ambientais à região. Semanas depois do Simpósio, o CACO e a comunidade acadêmica da UFRJ receberam, com extrema satisfação, a notícia de que o apelo tinha surtido efeito e que a obra havia sido embargada pelo TRF.

Ministrado pela profª Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca, professora aposentada da FND, em exercício no mestrado da UFF e atual coordenadora dos projetos de pesquisa da OAB/RJ, especificamente na Reforma do Poder Judiciário, o Curso de Extensão em Sociologia do Direito, abordou os trabalhos do grande sociólogo estadunidense, Ronald Dworkin, com destaque para a obra *O Império do Direito (Law's Empire)*, cuja importância tem sido notoriamente salientada em diversos cursos de pós-graduação.

Como não poderia deixar de ser, a Direção da FND protagonizou mais um episódio de arbitrariedade, nas suas relações com os estudantes, ao vetar a realização de qualquer atividade promovida pelo CACO nas salas de aula (mesmo as desocupadas) e de seminários da Faculdade, bem como, posteriormente, ao trancá-las com cadeados, impedindo os estudantes de se reunirem para estudar e organizar grupos de estudo.

Com o repúdio da Profa. Às atitudes da Direção e disposto a fazer de tudo para implementar o Curso, o CACO promoveu as aulas em sua sala de estudos, mesmo esta sendo

acanhada, o que, infelizmente, impediu a participação de todos os alunos que tinham se inscrito para o Curso.

Como fruto de mais essa iniciativa do CACO, estão sendo elaborados, pelos alunos participantes do Curso, sob a coordenação da Profa. Guadalupe, trabalhos de conclusão sobre o tema para futura publicação a ser feita pelo Centro Acadêmico.

No período de férias/greve, o CACO organizou o Curso de Extensão em Filosofia do Direito, ministrado pelo prof. Luciano Torcione Serra, mestrando em Filosofia pela UERJ, com a temática *Direito, Economia e Psicologia – contribuições integradas da Filosofia e da História contemporâneas*. Mais uma vez, impossibilitado de utilizar as dependências da Faculdade, o CACO promoveu o curso em sua sala de estudos, em duas turmas – no período matutino e noturno, contando com um grande nº de participantes que, a exemplo do Curso de Sociologia, elaborarão uma série de trabalhos a serem publicados pelo CACO.



Foto: Clara Cerqueira

Palestra de encerramento do I Simpósio de Direito Ambiental

Para o segundo semestre de 2003, estão programados mais um grande simpósio e pelo menos, um Curso de Extensão, cujos temas quais ainda são objeto de pesquisa junto aos alunos para posterior definição.

GREVE, CONSEQÜÊNCIA DE UMA MÁ ESTRUTURA EDUCACIONAL

Lisbeth Landal Correa e Elisângela Vieira - 5ºPN

Apenas um ano e meio após o término de uma greve nos deparamos novamente com este terrível problema. Novamente nos encontramos prejudicados por resquícios de uma má administração do governo com relação ao ensino público no Brasil. Não que a greve seja despropositada, afinal, ficar anos sem aumento salarial em nosso país, só faz diminuir o poder aquisitivo do trabalhador, e com este salário, na maioria das vezes não são supridas nem as necessidades básicas do ser humano. Entretanto, a corda sempre arrebenta no lado mais fraco, e todos sabem quem são os reais prejudicados: NÓS, os estudantes, que nos vemos atados diante de tal situação.

Como se não bastasse, tivemos um atraso ainda maior, visto que todas as outras faculdades da UFRJ começaram suas aulas no dia 08 de setembro e a nossa digníssima FND somente

recomeçou as aulas no dia 15 de setembro, devido a uma reorganização no calendário. Por que só nós tivemos tal reorganização? Talvez porque, como sempre acontece, alguma “força oculta” contribua para este atraso, sem considerar o prejuízo causado aos alunos.

Junto a isso, temos também outros problemas inexplicáveis que assolam a nossa Faculdade. Um exemplo clássico dos mistérios da FND é o sumiço de notas, geralmente não são lançadas, e quando são, provavelmente não são suas, ou estão erradas. E um fato relativamente novo que está despertando a curiosidade de alguns e a fúria de outros, é o incrível sumiço de professores. Todo final de período é sempre a mesmissima coisa, os nossos ilustríssimos “mestres” subitamente desaparecem provocando revolta e indignação na maioria dos alunos.

A principal pergunta que alguns poucos

alunos fazem, é onde está aquela FND que em tempos de greve os alunos tinham suas aulas ministradas no Campo de Santana? Onde está aquela famosa força do corpo discente que junto conseguiu atuar na política do Brasil? Naqueles tempos havia uma integração professor-aluno, que superava qualquer barreira, até mesmo física. Então o que falta? Professores??? Sim, Professores QUALIFICADOS... Alunos??? Sim, faltam alunos sim! Alunos que lutem pela Nacional e que ajudem na construção da nossa faculdade, numa luta contínua e diária, porque é muito fácil apontar erros, e se eximir de suas responsabilidades.

Novos ares de liberdade estão ecoando na UFRJ, mas para entrar na Nacional é necessário que as portas estejam abertas e que nós os alunos, e porque não professores e funcionários, a partir de agora comecemos a preparar o alicerce para essas tão merecidas e esperadas mudanças.